

**ESTUDO DE INCIDÊNCIAS AMBIENTAIS DO PROJETO DE
EXECUÇÃO PARA A EMPREITADA DE REMEDIAÇÃO
AMBIENTAL DAS ÁREAS MINEIRAS DE MARIA DÓNIS,
MESTRAS, ERVIDEIRA E SENHORA DAS FONTES**



CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

PROCESSO N.º 010/PORCT/2024

DEZEMBRO DE 2024

CADERNO DE ENCARGOS

ESTUDO DE INCIDÊNCIAS AMBIENTAIS DO PROJETO DE EXECUÇÃO PARA A EMPREITADA DE REMEDIAÇÃO AMBIENTAL DAS ÁREAS MINEIRAS DE MARIA DÓNIS, MESTRAS, ERVIDEIRA E SENHORA DAS FONTES

APROVADO

Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus
(Presidente do Conselho de Administração)

Zélia do Rosário do Vale Estêvão
(Vogal do Conselho de Administração)

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| DISPOSIÇÕES GERAIS | 1 |
| Cláusula 1.ª Objeto | 1 |
| Cláusula 2.ª Contrato | 1 |
| Cláusula 3.ª Preço base..... | 2 |
| Cláusula 4.ª Requisitos de natureza social ou ambiental | 2 |
| OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | 2 |
| Obrigações do prestador de serviços | 2 |
| Cláusula 5.ª Obrigações principais do prestador de serviços..... | 2 |
| Cláusula 6.ª Condições e Trabalhos Inerentes à Prestação do serviço..... | 3 |
| Cláusula 7.ª Responsabilidade pelos erros e omissões do estudo..... | 5 |
| Cláusula 8.ª Transferência da propriedade | 5 |
| Cláusula 9.ª Direito de autor | 6 |
| Cláusula 10.ª Coordenação técnica e gestão do contrato | 6 |
| Cláusula 11.ª Prazo de prestação do serviço | 7 |
| Cláusula 12.ª Meios humanos..... | 7 |
| Cláusula 13.ª Meios Materiais..... | 8 |
| Cláusula 14.ª Responsabilidade | 8 |
| Cláusula 15.ª Intervenções de terceiros e subcontratação na execução do contrato | 8 |
| Cláusula 16.ª Proteção de dados pessoais | 9 |
| Cláusula 17.ª Afetação de trabalhadores | 9 |
| Cláusula 18.ª Legislação Laboral..... | 9 |
| Cláusula 19.ª Seguros de responsabilidade civil e outros | 10 |
| Cláusula 20.ª Garantia técnica..... | 10 |
| Cláusula 21.ª Objeto do dever de sigilo | 10 |
| Cláusula 22.ª Prazo do dever de sigilo..... | 11 |
| Obrigações da entidade adjudicante | 11 |
| Cláusula 23.ª Preço contratual..... | 11 |
| Cláusula 24.ª Condições de pagamento | 12 |
| Cláusula 25.ª Revisão de Preços..... | 13 |
| PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO | 13 |
| Cláusula 26.ª Penalidades contratuais..... | 13 |
| Cláusula 27.ª Força maior..... | 14 |
| Cláusula 28.ª Resolução por parte do contraente público | 15 |
| Cláusula 29.ª Resolução por parte do prestador de serviços | 15 |
| SEGUROS | 16 |

| | |
|---|-----------|
| Cláusula 30. ^a Seguros | 16 |
| RESOLUÇÃO DE LITIGIOS | 16 |
| Cláusula 31. ^a Foro competente | 16 |
| DISPOSIÇÕES FINAIS | 16 |
| Cláusula 32. ^a Subcontratação e cessão da posição contratual | 16 |
| Cláusula 33. ^a Comunicações e notificações..... | 16 |
| Cláusula 34. ^a Contagem dos prazos | 17 |
| Cláusula 35. ^a Legislação aplicável..... | 17 |

ANEXOS

Anexo I - Localização das Áreas Mineiras

Anexo II - Levantamentos Topográficos realizado com recurso a Drone, na escala 1:500

Anexo III - Relatórios Base das antigas áreas mineiras

Anexo IV - Estudo de Impacte Ambiental da antiga área mineira Senhora das Fontes (2008)

Anexo V - Projeto de Execução da antiga área mineira Senhora das Fontes (2008)

Anexo VI - Projeto de Execução e Estudo de Incidências Ambientais da antiga área mineira de Maria Dónis (2010)

Anexo VII - Projeto de Execução e Estudo de Incidências Ambientais da antiga área mineira de Mestras (2010)

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, no âmbito do procedimento pré-contratual de consulta prévia, que tem por objeto principal a aquisição de serviços para a elaboração do Estudo de Incidências Ambientais do Projeto de Execução para a Empreitada de Remediação Ambiental das áreas mineiras de Maria Dónis, Mestras, Ervideira e Senhora das Fontes, localizadas nos concelhos de Aguiar da Beira e Pinhel, distrito da Guarda, respetivamente, inseridas na região Centro.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
 - f) Todos os documentos que sejam referidos no contrato ou no Caderno de Encargos.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado por CCP), e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Preço base

O preço máximo a pagar por todas as prestações constantes no presente Caderno de Encargos é de € 60.000,00 (sessenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.ª

Requisitos de natureza social ou ambiental

Dado que a presente aquisição de serviços não comporta riscos significativos de natureza social ou ambiental, não são exigidos requisitos específicos.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem da celebração do contrato para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de realizar e desenvolver o Estudo de Incidências Ambientais do Projeto de Execução da “Empreitada de Remediação Ambiental das Áreas Mineiras de Maria Dónis, Mestras, Ervideira e Senhora das Fontes”, de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, nas suas versões mais atuais, incluindo a componente do património arquitetónico, arqueológico e industrial da área mineira, bem como demais legislação aplicável e com o Caderno de Encargos e seus anexos;
- b) Obrigação de realizar a caracterização da situação de referência das áreas de estudo com base na informação disponibilizada nos Anexos do Caderno de Encargos e em outros documentos e resultados de monitorização a disponibilizar pela Entidade

- Adjudicante, incluindo estudos e publicações disponíveis e publicados sobre as áreas mineiras referenciadas;
- c) Obrigação de realizar a avaliação integral e final do processo da recuperação ambiental, integrando as respetivas medidas de minimização, controlo e gestão ambiental, incluindo a elaboração do Plano de Gestão Ambiental e os planos de monitorização ambiental durante a fase de obra e fase pós-obra;
 - d) Obrigação de realizar todas as obrigações acessórias inerentes ao trabalho a desenvolver;
 - e) A obrigação de fornecer 1 (um) exemplar do Estudo de Incidências Ambientais em suporte papel e 1 (um) exemplar completo em suporte digital, em formato editável, com a informação desagregada e estruturada em *layers* contendo todos os ficheiros de suporte, bem como em formato não editável, *Portable Document Format* (pdf) e *Design Web Format* (dwf), pelo prestador de serviços;
 - f) Realização de todos os trabalhos preparatórios necessários, mobilização e deslocação ao local objeto do estudo constante do presente procedimento, bem como a adoção de todas as medidas de segurança e saúde, de acordo com as especificações técnicas, regras da arte, regulamentos e legislação em vigor aplicáveis.
- 2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e outros que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.^a

Condições e Trabalhos Inerentes à Prestação do serviço

- 1 - Nos termos do Artigo 49.º do CCP, o prestador de serviços obriga-se a cumprir as especificações técnicas seguintes, sem prejuízo de outras obrigações legais ou contratuais, na execução das seguintes tarefas que integram a prestação de serviços:
- a) Realizar todas as visitas aos locais em estudo, que sejam necessárias, de modo a garantir a adequação das soluções de projeto às condições do terreno, às condicionantes existentes e de modo a garantir o fornecimento de um produto final de boa qualidade;

- b) Desenvolver o Estudo de Incidências Ambientais do Projeto de Execução para a “Empreitada de Remediação Ambiental das Áreas Mineiras de Maria Dónis, Mestras, Ervideira e Senhora das Fontes”, de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, nas suas versões mais atuais, incluindo a componente do património arquitetónico, arqueológico e industrial da área mineira, bem como de acordo com as boas práticas de abordagem técnica e metodológicas habituais em estudos desta natureza e demais legislação aplicável e com o Caderno de Encargos e seus anexos, incluindo:
- i. Elaboração de um Relatório de Caracterização da Situação de Referência das áreas de estudo com base na informação disponibilizada nos Anexos do Caderno de Encargos e em outros documentos e resultados de monitorização a disponibilizar pela Entidade Adjudicante, incluindo estudos e publicações disponíveis e publicados sobre as áreas mineiras referenciadas, que inclua a avaliação de impactos e recomendações a incorporar no Projeto de Execução para a Empreitada de Remediação Ambiental das Áreas Mineiras de Maria Dónis, Mestras, Ervideira e Senhora das Fontes e todos os trabalhos de caracterização ambiental necessários adicionais aos existentes e disponibilizados pela EDM, tais como Ruído e Ar e/ou outros ensaios necessários, a cargo do Adjudicatário;
 - ii. Elaboração de um Relatório de Avaliação Integral e Final do processo da recuperação ambiental, integrando as respetivas medidas de minimização, controlo e gestão ambiental, incluindo a elaboração do Plano de Gestão Ambiental e os planos de monitorização ambiental durante a fase de obra e fase pós-obra.
- c) Assegurar a realização de reuniões de desenvolvimento do projeto, incluindo a realização de atas de reunião, com a identificação dos desenvolvimentos, decisões e assuntos pendentes do projeto.
- 2 - A prestação de serviços inclui todos os trabalhos acessórios e complementares ao bom desenvolvimento dos trabalhos.
- 3 - Todos os trabalhos adicionais aos existentes, necessários para garantir o fornecimento de um produto final de boa qualidade, serão a cargo do Adjudicatário.
- 4 - Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

- 5 - Em tudo o que estiver omissos no presente Caderno de Encargos que respeite às especificações técnicas deverão ser cumpridas as normas legais em vigor, ou equivalentes, bem como as boas práticas na sua execução.

Cláusula 7.ª

Responsabilidade pelos erros e omissões do estudo

- 1 - O prestador de serviços responde por quaisquer erros, deficiências ou omissões que se verifiquem no estudo objeto do presente contrato, independentemente do momento em que forem detetados, salvo se provar que os mesmos não decorreram do incumprimento de obrigações de conceção por si assumidas.
- 2 - Em qualquer altura e logo que solicitado pela entidade adjudicante, o prestador de serviços obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser fixado, sob pena de aquela mandar executá-los a terceiros, por conta do prestador de serviços, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.
- 3 - As ações de supervisão e controlo da entidade adjudicante em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do prestador de serviços.
- 4 - O prestador de serviços ressarcirá a entidade adjudicante dos prejuízos que esta venha a sofrer resultantes de erros e omissões do estudo que lhe sejam imputáveis, nos termos definidos no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 8.ª

Transferência da propriedade

- 1 - Com a entrega e aprovação do estudo, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos desenvolvidos ao abrigo do contrato para a entidade adjudicante.
- 2 - Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço da proposta adjudicada.
- 3 - O adjudicatário autoriza expressamente a adaptação de toda a documentação fornecida, relativa ao objeto deste contrato, prevista no número 1 da presente cláusula, desde que tal se manifeste indispensável.

Cláusula 9.ª

Direito de autor

- 1 - É garantida a salvaguarda do Direito de Autor e a divulgação, pelo adjudicatário, dos estudos e projetos produzidos no âmbito da prestação de serviços, nos termos da legislação aplicável.
- 2 - O adjudicatário garante que todos os documentos que são produzidos em cumprimento do presente Caderno de Encargos e do contrato de prestação de serviços não violam direitos de autor de terceiros ou qualquer outro direito de propriedade intelectual ou industrial.

Cláusula 10.ª

Coordenação técnica e gestão do contrato

- 1 - O prestador de serviços obriga-se a entregar a direção técnica da prestação dos serviços a um técnico de reconhecida competência em trabalhos semelhantes que será o coordenador do estudo, gestor do contrato e único interlocutor com a entidade adjudicante, que identificará e equipará com meios de contato imediato no início da prestação de serviços e que terá as seguintes obrigações:
 - a) Receber e prestar todas as informações que lhe sejam remetidas ou solicitadas no âmbito da execução do contrato;
 - b) Representar o prestador do serviço em todas as reuniões de acompanhamento do contrato para as quais seja convocado.
- 2 - A entidade adjudicante poderá rejeitar o técnico proposto para a coordenação técnica ou exigir a sua substituição, sempre que as circunstâncias o justifiquem.
- 3 - Sempre que haja necessidade de substituir a pessoa do interlocutor, ou em caso de impedimento prolongado deste, o prestador de serviços fica obrigado a substituí-lo por outro com habilitações e competências equivalentes.
- 4 - O prestador de serviços comunicará previamente ao Gestor do Contrato, caso se verifique o previsto no número anterior da presente Cláusula, com a finalidade de obter a sua aprovação.
- 5 - A entidade adjudicante designará no contrato a celebrar, o Gestor do Contrato que a representará em todos os aspetos da execução do contrato.

Cláusula 11.^a

Prazo de prestação do serviço

- 1 - O prestador de serviços obriga-se a executar os serviços com todos os elementos referidos no presente Caderno de Encargos num prazo máximo de 90 (noventa) dias, que se extinguirá com a execução de todas as obrigações contratuais.
- 2 - O prazo referido no número 1 (um) comporta duas obrigações principais em prazos parciais para cada obrigação, designadamente:
 - a) Elaboração de um Relatório de Caracterização da Situação de Referência a entregar no prazo de 30 (trinta) dias, após o início da produção de efeitos do contrato comunicada nos termos do n.º 3 da presente Cláusula;
 - b) Elaboração de um Relatório de Avaliação Integral e Final a entregar no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de comunicação da aprovação do Relatório de Caracterização da Situação de Referência.
- 3 - Os prazos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior só terão início após a comunicação do Gestor de Contrato da entidade adjudicante.
- 4 - O prazo previsto na alínea a) do número anterior suspende-se imediatamente com a entrega do respetivo relatório.
- 5 - A presente prestação de serviços poderá terminar em prazo inferior ao previsto no número 1 (um) da presente cláusula, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação, seja a que título for.
- 6 - Os prazos previstos no número 1 (um) podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

Cláusula 12.^a

Meios humanos

- 1 - O prestador de serviços obriga-se a executar o Estudo com a Equipa afeta à prestação de serviços, constante da alínea d) do n.º 1 do Artigo 9.º do Convite.
- 2 - O prestador de serviços deverá manter durante o período contratual a Equipa afeta à prestação de serviços de forma a garantir a consistência e qualidade dos trabalhos realizados.

- 3 - O prestador de serviços obriga-se a submeter a aprovação da entidade adjudicante qualquer alteração ou substituição dos técnicos afetos à prestação de serviços.
- 4 - A mobilização e seleção dos meios humanos necessários para a execução dos trabalhos a cargo do adjudicatário são da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes colocam a sua capacidade profissional, experiência, cuidado e diligência na realização das tarefas que lhe forem cometidas no âmbito da prestação de serviços, objeto do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 13.^a

Meios Materiais

O prestador de serviços obriga-se a disponibilizar, para a prestação dos serviços objeto do presente Caderno de Encargos, todos os meios e equipamentos necessários para o cumprimento das obrigações inerentes à boa execução do contrato.

Cláusula 14.^a

Responsabilidade

- 1 - O adjudicatário assume a total responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante a entidade adjudicante pela boa execução dos mesmos.
- 2 - Em qualquer altura e logo que solicitado pela entidade adjudicante, o adjudicatário obriga-se a corrigir, no prazo razoável que lhe for fixado, os erros, as deficiências ou omissões em que haja incorrido, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.

Cláusula 15.^a

Intervenções de terceiros e subcontratação na execução do contrato

- 1 - O prestador de serviços obriga-se a apresentar à entidade adjudicante a eventual intenção de subcontratação de ações ou trabalhos a entidades terceiras, logo que identifique a sua necessidade, devendo para o efeito apresentar de forma explícita e completa:
 - a) As atividades ou trabalhos a subcontratar;
 - b) Identificação das entidades terceiras;
 - c) Referências das entidades terceiras nas atividades ou trabalhos a subcontratar;
- 2 - Logo que identificada a necessidade de subcontratação de qualquer ação ou trabalho para

o estrito cumprimento contratual, o prestador do serviço obriga-se a proceder nos termos do número anterior.

- 3 - A subcontratação de qualquer ação ou trabalho só poderá efetivar-se com a prévia e expressa autorização da entidade adjudicante.
- 4 - O prestador de serviços é o único e exclusivo responsável pela subcontratação, designadamente quanto a ações ou omissões das entidades subcontratadas, pagamentos, seguros ou outras obrigações.
- 5 - O prestador de serviços deverá enviar à entidade adjudicante a cópia dos contratos celebrados com as entidades subcontratadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a sua celebração.

Cláusula 16.^a

Proteção de dados pessoais

O prestador de serviços obriga-se a cumprir os deveres previstos na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD) e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais, através da implementação e execução de medidas técnicas e organizativas que se destinem a garantir os direitos dos titulares dos dados pessoais cujo tratamento realize ou cujos dados sejam do seu conhecimento no âmbito do presente contrato.

Cláusula 17.^a

Afetação de trabalhadores

- 1 - O prestador de serviços obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, relativamente aos trabalhadores afetos à prestação dos serviços, que devem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, salvo nos casos previstos no n.º 3 e 4 do citado artigo.
- 2 - A violação do disposto na presente cláusula constitui contraordenação muito grave, nos termos previstos no artigo 456.º do CCP

Cláusula 18.^a

Legislação Laboral

O prestador de serviços deverá respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários

mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, sendo único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais.

Cláusula 19.^a

Seguros de responsabilidade civil e outros

- 1 - É da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
- 2 - É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos.
- 3 - O adjudicatário deve acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para os técnicos abrangidos pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, de acordo com o artigo 24.º, e demais legislação em vigor à data da celebração do contrato.

Cláusula 20.^a

Garantia técnica

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do prestador de serviços e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 21.^a

Objeto do dever de sigilo

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação,

técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes, caso em que a entidade adjudicatária deverá solicitar o acordo prévio da entidade adjudicante.

Cláusula 22.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 23.^a

Preço contratual

- 1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante, deve pagar ao prestador de serviços, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes de autorizações que se revelem necessárias.

- 3 - A entidade adjudicante apenas pagará o trabalho efetivamente prestado, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação, seja a que título for, caso não seja executada a totalidade dos trabalhos previstos no presente caderno de encargos, a sua execução seja realizada em prazo inferior ao previsto ou por extinção do contrato, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos ou na legislação em vigor.

Cláusula 24.^a

Condições de pagamento

- 1 - As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias, após a receção pela entidade adjudicante da fatura que lhe respeite, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, o pagamento do valor relativo à obrigação de fornecer Relatório de Caracterização da Situação de Referência, conforme referência n.º 1.1 da Lista de Preços Unitários, considera-se vencida com a entrega e aprovação do referido relatório pela entidade adjudicante.
- 3 - Para os efeitos do número 1 (um) anterior, o pagamento do valor relativo à obrigação de fornecer o Elaboração de um Relatório de Avaliação Integral e Final, conforme referência n.º 1.2 da Lista de Preços Unitários, considera-se vencida com a entrega e aprovação referido relatório pela entidade adjudicante.
- 4 - Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 5 - O prestador de serviços deverá emitir faturas eletrónicas conforme disposto no artigo 299.º-B do CCP, que devem discriminar o número de procedimento e designação do contrato a que se reportam, sob pena da sua não aceitação.
- 6 - O prestador de serviços deverá cumprir a legislação em vigor relativa à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nomeadamente, entre outras, o disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente

relevantes, e o Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na versão em vigor que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.

- 7 - As faturas eletrónicas deverão ser compatíveis com o sistema de faturação eletrónica implementado pela EDM, através de Intercâmbio Eletrónico de Dados (E.D.I. – *Electronic Data Interchange*).
- 8 - A fatura será paga através de transferência bancária, para o IBAN indicado em documento bancário, apresentado pelo prestador de serviços o qual deverá ser atualizado sempre que necessário.

Cláusula 25.ª

Revisão de Preços

Não haverá revisão de preços na presente prestação de serviços.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 26.ª

Penalidades contratuais

- 1 - Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, nomeadamente, entre outras, prazos de entrega dos documentos a elaborar ao abrigo do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 3 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 4 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 27.^a

Força maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve

ser imediatamente comunicada à outra parte.

- 5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 28.^a

Resolução por parte do contraente público

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, emergentes do contrato, podendo, ainda, exigir o ressarcimento de todos os prejuízos causados.
- 2 - O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços, por carta registada com aviso de receção, com a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.

Cláusula 29.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias ou quando o montante em dívida exceda 50% do preço contratual, excluindo juros;
- 2 - O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 - Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO IV

SEGUROS

Cláusula 30.^a

Seguros

- 1 - É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, de todos os riscos inerentes à prestação de serviços.
- 2 - A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 31.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 32.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes são admitidas nos termos do disposto no CCP.

Cláusula 33.^a

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 34.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 35.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente Caderno de Encargos, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

ANEXOS

(Em formato digital)

Anexo I - Localização das Áreas Mineiras

Anexo II - Levantamentos Topográficos realizado com recurso a Drone, na escala 1:500

Anexo III - Relatórios Base das antigas áreas mineiras

Anexo IV - Estudo de Impacte Ambiental da antiga área mineira Senhora das Fontes (2008)

Anexo V - Projeto de Execução da antiga área mineira Senhora das Fontes (2008)

Anexo VI - Projeto de Execução e Estudo de Incidências Ambientais da antiga área mineira de Maria Dónis (2010)

Anexo VII - Projeto de Execução e Estudo de Incidências Ambientais da antiga área mineira de Mestras (2010)